

BC elabora novo projeto para conversão de dívida em capital

por Cecília Costa
do Rio

O Banco Central (BC) está elaborando novo projeto de regulamentação das operações de conversão de dívida em capital de risco, que deverá estabelecer várias opções para os bancos credores e será aprovado dentro de curtíssimo prazo, segundo informou na sexta-feira o presidente do BC, Francisco Gros, após ter participado da cerimônia de apresentação da nova diretoria do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj).



Francisco Gros

De acordo com Gros, o País precisa o mais rápido possível desses novos mecanismos de conversão de dívida em investimento direto e, por isso, as discussões dentro do BC a respeito do tema vêm sendo feitas de forma acelerada, nos últimos dias. Adiantou que o projeto deverá permitir a venda de títulos de dívida por bancos credores internacionais a empresas privadas, sendo que a autorização para essa transação levará em consideração exigências quanto a investimentos considerados prioritários, seja em áreas carentes como o Nordeste, seja em setores voltados para a exportação.

CONTRAPARTIDA

No que se refere a esses

investimentos prioritários, o presidente do BC disse, ainda, que é praticamente certo que o País não exigirá contrapartida de entrada de dinheiro novo, na proporção de um dólar novo para um dólar convertido ("one for one"). A contrapartida, explicou, só deverá ser imposta no caso de inversões consideradas desnecessárias ao País, como por exemplo "a compra de um terreno na avenida Paulista".

Quanto à conversão anunciada pelo Bank of Montreal, esclareceu que até o momento não foram negociados detalhes em relação, por exemplo, ao impacto monetário da troca de dólares por cruzados ou

ao tempo em que o dinheiro ficará investido, "porque o fundamental, por enquanto, era a rápida divulgação da informação no mercado internacional e seu efeito político", comentou. A atitude do Bank of Montreal, segundo Gros, foi extremamente importante, ao demonstrar confiança na economia do País e contrabalançar as notícias negativas sobre encurtamento de prazos na renovação de créditos interbancários e comerciais e outras pressões contra o Brasil.

UMA REAÇÃO REALISTA

Ao mencionar as pressões, o presidente do BC fez questão de frisar, aliás, que não considera a decisão dos bancos norte-americanos, de declarar contabilmente os juros não pagos como não produtivos, medida adotada deliberadamente para pressionar o Brasil. "Trata-se apenas de uma realidade. O Brasil não está mesmo pagando e esses bancos não estão recebendo os juros. Como manda a regulamentação dos EUA, iriam ter de declarar os juros não produtivos em determinado momento e resolveram fazê-lo desde já, o que chega a ser positivo", afirmou.

O encurtamento dos prazos das linhas comerciais e

interbancárias seria um problema mais sério, mas Gros diz que o "governo brasileiro não teme esse encurtamento, pois ainda não trabalha com a hipótese de que venha a ser praticado por todos os bancos, preocupando-se apenas com os fatos que estão acontecendo e não com os que poderão vir a acontecer". No caso do Morgan, informou que, pelo que sabe, estreitou o prazo para uma semana e não para um dia, como vem sendo noticiado.

Francisco Gros viaja nesta segunda-feira para Nova York, a fim de iniciar conversações com os credores. A respeito da proposta brasileira, confirmou apenas a intenção do Brasil de reduzir o custo da dívida e a redução da transferência líquida para o exterior, mas quanto à capitalização dos juros (total ou parcial) disse que não será uma proposta fechada, já que os bancos norte-americanos não podem aceitá-la. "Os bancos europeus aceitam discutir a capitalização. No caso dos bancos dos EUA, porém, a legislação bancária a proíbe e por isso, no que se refere a essas instituições, terão de ser negociadas outras formas de redução do custo da dívida e da transferência líquida de recursos."